

Quanto vale um deputado?



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Como reagir ao saber da notícia de que, em Mato Grosso, a Polícia Federal chegou ao fim de uma investigação para saber quem tinha assassinado o advogado Roberto Zampieri, que estava permanentemente lutando contra a corrupção na Justiça naquele Estado, e, quando concluiu o trabalho, o que a polícia encontrou, para o estarecimento de todos e vergonha para o país? Uma empresa estruturada com uma tabela de preços para a prática de crimes hediondos, chegando ao maior deles: o homicídio.

Na tabela, os criminosos precificaram um deputado: vale cem mil reais. A revelação desses fatos nos levou à indignação, sentimento que chegou também a toda a sociedade. É, sem dúvida nenhuma, a perspectiva ou certeza de impunidade. Só essa hipótese pode explicar tanta ousadia. Não uso “coragem” porque essa é uma palavra que não pode ser aplicada para bandidos, para o mundo do crime.

Como os tempos mudaram! Nessa linha, penso no Maranhão do século 19, quando o A Pacotilha, combativo jornal de S. Luís, publicava anúncios de um poeta oferecendo-se para fazer versos a preços módicos, colocando uma tabela de preços que eram proporcionais ao sentimento que o freguês tinha: versos de amor, 50 réis. Se fosse soneto, dobrava o preço para 100 réis. Quando o pedido era do marido enganado, que estava doente pelo amor perdido e desejava matar de inveja

seu concorrente sedutor, o preço era maior que todos os outros, 200 réis. O poeta dizia que o aumento do preço era pela dificuldade que tinha de sentir essa desgraça. Naquele tempo dos réis, o dinheiro tinha um valor que não se pode comparar com o de hoje em dia.

Agora a política no Brasil está sendo levada pelo ódio e pelo ressentimento. Não acho que seja por programas de direita ou de esquerda. É mais um sentimento partidário e coletivo de dirigentes em busca de poder. E, para isso, o gosto de ganhar leva os ânimos a ficarem fora de controle.

Quando a política era colocada em torno de questões ideológicas, como ao final do século 19, a discussão entre Rosa Luxemburgo, apelidada de Rosa la Roja, e Eduard Bernstein, sobre Reforma e revolução, foi central para o movimento socialista. Muito depois, Lenin impôs sua concepção leninista, invocando Clausewitz, o autor do livro Da guerra (Vom Kriege), um clássico até hoje dissecado por estudiosos, afirmando que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Lenin estendeu essa ideia de Clausewitz, dizendo que se deveria aplicar à política as “leis da guerra”.

Assim na política não se teria adversários, mas inimigos, pois ela seria uma luta de classes que se estabelecia nos partidos burgueses, formados de inimigos do povo, e assim adversários eram inimigos que deviam ser eliminados. Paradoxalmente, hoje Benjamin Netanyahu, alegando motivos religiosos, pratica o extermínio dos palestinos, o que provoca a revolta mundial porque não se entende como se pode fazer da fome arma de guerra, como ocorre em Gaza.

Lembro do nosso poeta Bandeira Tribuzzi: “Que tempos de viver-se! Quando a fome / é crime, crime o canto e a liberdade / falso lema de gritos e histerismos, / vai perdendo a beleza que criara / entre as patas e o cântico das balas

/ assassinas de peitos sem defesa / como lírios entregues ao delírio / das razões em razões de força estúpida”.

Mas no Brasil não existe nenhuma dessas hipóteses de guerra: há um anarcopopulismo que torna a atividade política uma bagunça, sem partidos e sem ideologias, o que faz com que os programas e as doutrinas desapareçam e haja somente os dirigentes voltados a pensar na vitória — e para ela vale-tudo.

Mas tudo isso não é causa: é efeito de uma estrutura de sistema eleitoral impossível de continuar, baseado nas pessoas e com sistema de votação arcaico, que não existe em lugar nenhum do mundo, servido por um presidencialismo de composição.

O sindicato do crime assim é uma manifestação de violência que não pode ser aceita. Esses matadores de agora não devem ser considerados senão como criminosos que são, e seus crimes devem ser investigados até o fim e punidos com rigor.

Vai-se o tempo, e a minha terra com seu mercado de poesia cobrando preços irrisórios, com o poeta com sua empresa limitada e individual e seus sonetos de amor. Ao contrário dessa firma ignominiosa de Mato Grosso, que é uma sociedade anônima com muitos sócios.

Quero lembrar novamente versos do grande poeta maranhense Bandeira Tribuzzi que diziam: “Que sonho raro / será mais puro e belo e mais profundo / do que esta viva máquina do mundo?”.

É hora de acabarmos com o ódio e marcharmos para uma convivência civilizada em que os nossos juizes, deputados e senadores, tão atacados, se entendam nas divergências e se unam no interesse público e melhorem o apoio do povo a seu trabalho.

Cadeia para os bandidos e, aí sim, maldição a esses que mancham o Brasil.

Afinal, vivemos numa democracia?



» ORLANDO THOMÉ
CORDEIRO
Consultor em estratégia

Essa indagação tem sido cada vez mais comum nas redes sociais e merece uma reflexão para além da simples marcação de posição, de um lado ou de outro da polarização política presente.

Para tanto, vale a pena recorrer a uma afirmação de Rui Barbosa: “A pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”. Essa deve ser a premissa a balizar qualquer análise que se faça sobre o atual cenário brasileiro, mas reconhecendo o que afirmou Winston Churchill: “Muitas formas de governo foram tentadas, e serão testadas neste mundo de pecado e aflição. Ninguém finge que a democracia é perfeita ou onisciente. De fato, diz-se que a democracia é a pior forma de governo exceto todas as outras formas que foram testadas de tempos em tempos”.

Posto isso, vamos tratar de alguns aspectos. O primeiro diz respeito à liberdade de expressão. É comum vermos apoiadores e seguidores do ex-presidente, agora réu, vociferando que o país vive a ditadura do Judiciário. Para essa parcela da sociedade, ela deveria ser ilimitada, como acontece nos Estados Unidos, onde a Primeira Emenda garante que o governo não pode impedir a liberdade de falar, escrever, imprimir quaisquer ideias. Já no Brasil, a liberdade de expressão existe, sim, mas é mandatório respeitar os limites estabelecidos pelo regramento legal (por exemplo, é crime defender posições racistas ou homofóbicas).

Outro pilar democrático é o direito de ir e vir, como previsto no inciso XV do Artigo 5º da Constituição Federal: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Lamentavelmente, esse direito tem sido diariamente desrespeitado pelo Estado e seus dirigentes, como mostram as reportagens cotidianas na mídia e relatos na internet mostrando que uma parcela expressiva de brasileiros vive sob a tutela violenta do crime organizado, sejam milícias ou traficantes, ou mesmo uma aliança entre esses grupos, controlando territórios inteiros. Nesses locais, o poder público não se faz presente e os moradores vivem em constante estado de tensão emocional, consistindo em uma grave imperfeição de nossa democracia.

No terreno da representação política, vivemos um paradoxo. Se de um lado em 2026 completaremos 37 anos ininterruptos de eleições gerais livres, com a população exercendo seu direito de escolher mandatários, de outro convivemos com a realidade do orçamento secreto ou do recém-aprovado aumento do número de cadeiras na Câmara Federal, revelando que a maioria de nossos representantes coloca como prioridade trabalhar em causa própria. Ao lado desses fatos, há os deletérios e revoltantes casos de corrupção historicamente entranhados nas administrações públicas em todos os poderes da República. Aqui também se revela uma falha no regime democrático nacional.

Já em relação ao Judiciário, quando surgem as matérias com denúncias recorrentes de casos envolvendo medidas tomadas para benefício próprio, reagem atacando a liberdade de imprensa. O caso mais recente aconteceu semana passada quando, em razão de uma reportagem do jornal Zero Hora informando que a ex-presidente do TJ do Rio Grande do Sul havia recebido R\$ 662 mil em abril de 2023, a juíza da 13ª Vara Cível de Porto Alegre condenou, em primeira instância, a jornalista Rosane de Oliveira e o jornal ao pagamento de R\$ 600 mil por danos morais. No momento em que juizes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores adotam tal comportamento, revelam outra deficiência de nosso regime.

Por tudo isso, não é surpreendente o crescimento do número de pessoas que, movidas por um misto de indignação e sentimento de impotência, questionam a validade de nossa democracia. As mais altas autoridades nos Três Poderes republicanos, em todas as instâncias de governança, têm a obrigação política e moral de, reconhecendo as mazelas listadas acima, iniciarem um movimento de reversão do cenário instalado.

Importante ressaltar que algumas lideranças, de diferentes perfis político, ideológico e partidário, já perceberam a gravidade da situação e atuam para propor mudanças. Infelizmente, ainda estão em minoria e, muitas vezes, suas vozes são abafadas por quem prefere a lacração.

Por fim, respondo à pergunta do título reafirmando que sim, vivemos em uma democracia, ainda que imperfeita, mas é bom lembrar que o melhor antídoto contra as ideias autocráticas é garantir que o Estado exerça suas funções precípuas, oferecendo serviços de qualidade em áreas como segurança, saúde e educação.



Senhores, ponham-se nos seus lugares!



» ANA PAULA LIMA
Deputada federal (PT-SC) e vice-
líder do governo

Tentei a primeira vez! Ensaiei as primeiras palavras, mas eles só olhavam entre si, mesmo estando em uma roda de conversa. Quando balbuciei, sequer viraram os rostos para saber de onde viriam aquelas poucas palavras que conseguiram sair de mim. Parecia invisível.

Novamente, esperei um pausar de respiração para poder me fazer ouvir. Nada. Aprendi dentro de casa que enquanto um fala o outro silencia. Aprendi que é falta de respeito e educação cortar a fala do outro. Então, esperei mais uma vez a pausa na respiração para engatar minha opinião. Aumentei o tom de voz e saí atropelando quem não me deixava falar. Deixei em casa os bons modos e segui olhando firme com raciocínio concatenado.

Desenvolvi meu raciocínio, minha opinião, meu ponto de vista. Quanto esforço! Quanta energia despendida! Vai além do intelectual, é uma mistura de esforço físico, emocional e intelectual.

O fato vivido nesta semana pela ministra Marina Silva é corriqueiro na vida de Maria, de Joana, de Larissa. É corriqueiro na minha vida. Por isso,

para tudo para me juntar à voz de todas as mulheres brasileiras que não se deixam calar. Os ataques misóginos e racistas dos senadores da Região Norte do país (Marcos Rogério, Osmar Aziz e Plínio Valério) jamais serão ignorados. Por isso, senadores, ponham-se em seus lugares!

Marina Silva saiu fortalecida em sua causa e na causa da prosperidade das gerações futuras. Sim, o debate era a proteção da Amazônia, mas poderia ser qualquer outro assunto nosso do dia a dia: decisões que precisamos tomar e que nos impactam, seja na vida profissional ou na pessoal.

As mulheres foram as primeiras a se manifestarem em protesto. O Movimento Mulheres em Luta fez circular um abaixo-assinado em repúdio ao ocorrido. O Ministério das Mulheres manifestou em público solidariedade à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima pelo episódio. Classificou o fato como inaceitável de violência política de gênero e raça. Marina é referência internacional na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

A constatação e a solidariedade vieram de vários cantos do país. Todas com a mesma constatação: o episódio refletiu, mais uma vez, a persistência de uma estrutura de poder historicamente marcada pelo machismo, pelo racismo e pela negação da presença das mulheres em esferas públicas de decisão. Não foi um caso isolado. É um fato corriqueiro nas nossas vidas.

Uma prova disso é a representatividade do feminino no nosso parlamento. A presença de mulheres no Congresso brasileiro é a 133ª

menor do mundo — o Brasil ficou abaixo de Arábia Saudita, da Somália e do Cazaquistão em ranking da ONU, segundo relatório Mulheres na Política: 2025. O documento destaca um avanço pequeno na representatividade feminina global. Esse relatório divulgado há poucos dias reforça a desigualdade e a dificuldade para encorajar mulheres a enfrentarem o desafio de fazer política, de ter voz no parlamento.

Como afirmou em nota o Ministério das Mulheres, o episódio com Marina Silva expõe a violência política de gênero e raça como “uma grave violação dos direitos humanos das mulheres que compromete a democracia e atinge todas as mulheres que ousam ocupar lugares de poder e fala”. Um fato que se espalha também mulheres que são dirigentes partidárias, lideranças de movimentos sociais e sindicais, ativistas sociais, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influencers digitais.

A nossa democracia, para ser plena, requer mais representatividade, requer voz ativa para as mulheres poderem exercer suas funções e mandatos em todas as esferas dos Poderes da República livres de agressões morais e físicas. A mulher tem o direito de atuar sem ser objeto de ataques que tentem desqualificá-la.

Microfone cortado, fala interrompida, há ainda aqueles que, depois que conseguimos ter o nosso momento de fala, resolvem explicar o que falamos. Patético?!?! No mínimo, Marina, faça das suas palavras minha bandeira de luta: “O meu lugar é defendendo aquilo que acredito, combatendo a desigualdade”.